

**ARGUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA  
PARA UMA NOVA TEORIA DO EMPREGO,  
DO DESENVOLVIMENTO E DO BEM-ESTAR**

**Thiago Santos<sup>1</sup>**

**Reginaldo Santos (*In Memoriam*)<sup>2</sup>**

**PRELÚDIO A UMA NOVA TEORIA SOCIAL**

*O Homem das letras* (filósofos e poetas) constrói as utopias e sonhos; o homem político os destrói.

*O Homem das ciências* constrói os meios da sobrevivência; o homem político também os destrói.

*O Homem trabalhador (coletivo)* constrói a riqueza social; o homem político (dos negócios) a apropria individualmente mais do que deve.

*O Homem intelectual* constrói as formas para melhor organizar e conduzir o destino de todos; o homem político que institucionaliza o saber aplicado rejeita as alternativas que não convirjam para os seus interesses imediatos.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais (Universidade Federal da Bahia, Brasil). Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. <http://lattes.cnpq.br/4649848025662268>. <https://orcid.org/0000-0002-4948-6414>. [thiago.santos@ifba.edu.br](mailto:thiago.santos@ifba.edu.br). Endereço para correspondência: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães, do km 521,500 ao km 522,999, Aviário, Feira de Santana, BA, Brasil. CEP: 44096-486. Telefone: (55 75) 32216475.

<sup>2</sup> Doutor em Economia (Universidade Estadual de Campinas, Brasil). Foi Professor Titular da Universidade Federal da Bahia. <http://lattes.cnpq.br/9310336811931927>. <https://orcid.org/0000-0002-1864-511X>.

*A esse homem político destruidor, e a todos os outros homens, dizemos que as ideias que estão no texto a seguir não têm nenhuma novidade em relação a tudo que já se pensou na nossa autoritária tradição intelectual; apenas estão arrumadas (na perspectiva da Administração Política) de outra forma: o que sempre fora destruído, agora ganha oportunidade para funcionar mais utilmente a interesse de todos.*

Nunca o homem produziu e divulgou tanto conhecimento. Tudo isso porque hoje temos mais gente para ser atendida em suas necessidades fundamentais e, por isso, mais universidades, institutos de pesquisas, centros de P&D, produção independente etc., envolvidos na produção e divulgação do conhecimento – embora algumas partes de mundo ainda sejam muito carentes dessas instituições e desse conhecimento. De outro lado, o resultado desse conhecimento não é de todo aproveitado imediatamente – seja porque não se mostra com serventia apropriada para os interesses daqueles que estão diretamente envolvidos na produção; seja ainda porque parte é armazenada estrategicamente para uso futuro.

Ademais, é bom compreender que esse conhecimento, a depender do campo em que é produzido, apresenta propósitos diferentes. Enquanto a física, a matemática, a biologia, a química e seus respectivos braços aplicados (como a medicina, a odontologia e as engenharias etc.) estão preocupados, em última instância, em produzir algum artefato útil à vida humana, a filosofia e suas aplicações estão mais voltadas para o entendimento e interpretação do movimento dessa produção e do seu uso, assim como na avaliação da evolução e dos resultados desse processo cultural da humanidade. De certa forma, esse trabalho da filosofia, em tese, molda e direciona o conhecimento que é produzido por outros campos do saber e que é utilizado pelo homem no seu cotidiano.

Porém, o descarte do conhecimento que é produzido parece ser maior em algumas áreas do que em outras. Esse parece ser bem o caso do grande universo da filosofia, das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas – estas de modo bem particular. A conclusão a esse respeito parece óbvia porque o que vemos é que quanto mais produzimos nesse campo (mais voltado para a organização das atividades) mais as relações sociais de produção e distribuição, em todos os cantos do mundo, se deterioram. Essa constatação está nos dizendo que as ideias que estamos produzindo não estão servindo de orientação a coisa alguma; ou estão produzindo uma regressão social com a destruição da nossa cultura, a beleza dessa trajetória civilizatória! Por quê?

As razões são muitas, porém, há uma hierarquia de importância entre elas. E a mais relevante, sem dúvida, trata-se das bases materiais desse movimento histórico dadas pelas condições em que as sociedades organizam, processam os recursos e distribuem os resultados do trabalho humano, seja ele individual ou coletivo. É verdadeiro afirmar que essa questão passou a ser relevante desde o instante em que as sociedades deixam a orientação de produzir e consumir coletivamente (sociedades tradicionais ou comunais) e passam a se orientar por uma produção coletiva assentada na apropriação e acumulação privadas. Porém, é com o capitalismo que essa concepção de administrar a vida social ganha contornos mais precisos e hegemônicos.

É desse ponto que iniciamos a discussão acerca da encruzilhada civilizatória em que se encontram as nações no nosso tempo: não estarem sabendo encontrar uma solução para a crise estabelecida em suas bases materiais, expressa no desemprego aberto que vem deslegitimando o capitalismo como forma de organização social e comprometendo todo o processo civilizatório da humanidade!

Em um grande esforço de síntese para a compreensão do que está acontecendo, percebemos que, de um lado, estão os ideólogos dessa ordem, cada vez mais

desintelectualizados, incapazes de perceberem que essa forma de administrar o sistema (a autorregulação), depois de abandonar à própria sorte bilhões de indivíduos por incapacidade de atendê-los no fundamental à vida, hodiernamente já está frustrando interesses do próprio capital, posto que as condições de acumulação e expansão vão ficando cada mais difíceis e restringidas<sup>3</sup> a poucos – daí a falência de empreendedores, o desemprego estrutural aberto, os baixos índices de crescimento e da acumulação de riqueza e o acelerado processo de concentração e centralização de capitais.

De outro lado, estão aqueles devotados à crítica dessa ordem e mais interessados [parece] no desenvolvimento intelectual niilista, visto que o esforço maior do seu trabalho intelectual é produzir diagnósticos apontando as falhas e horrores do sistema e prognosticando apenas a “hecatombe” de tudo, sem apontar caminhos. Sendo assim, cabe indagar: enquanto não se chega ao fim de tudo, nada deve ser feito para superar as condições miseráveis de vida material de bilhões de seres humanos, condições essas que levam o sistema econômico a apresentar profundas fendas de instabilidade e uma crise estrutural de consequências ainda desconhecidas? Ou simplesmente devem ser considerados e tratados como serem de outra natureza não mais pertencentes à raça humana?

Considerando que não há um absolutismo em relação a essas posições, a sinceridade intelectual não nos diz que não haja saída fora do capitalismo por conta de que as possibilidades e as virtudes do socialismo ficaram esgotadas com o rotundo fracasso na Administração Política do socialismo real liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou ainda que o que estamos vivendo mostra os limites e incapacidade (técnica e política) do sistema capitalista para

---

<sup>3</sup> Difíceis e restringidas não só por razões técnicas, mas também pelos ambientes cada vez mais instáveis social e politicamente, tornando o ambiente de negócio muito incerto em relação ao futuro.

melhorar as condições civilizatórias do homem<sup>4</sup>. Em uma situação ou em outra, é preciso ser mais evoluído intelectualmente para perceber que os limites de qualquer situação só serão encontrados e esgotados quando todas as possibilidades puderem ser estabelecidas e experimentadas.

Isso significa que, verdadeiramente, os nossos problemas residem mesmo nas ideias que nos guiam; porém, nem tanto pela antinomia de uma em relação a outra, mas, muito mais, pelo fato delas nunca terem se completado, em razão de não serem bem conduzidas; por isso, estão sempre na esperança ou expectativa de melhores resultados prognosticados serem alcançados em algum ponto do tempo e lugar do futuro. Por conta desse desiderato, o trabalho intelectual de atualização teórico-empírica foi deixado de lado, embora tão necessário na sustentação dos fundamentos filosóficos das ideias abraçadas. Isto explica, em grande medida, a incapacidade de responder aos problemas complexos e amplos da nossa contemporaneidade.

Mais uma vez, é necessário dizer que, se quisermos ser intelectualmente honestos, temos que admitir que o pensamento social, seja qual for a sua orientação político-ideológica, ainda trabalha sem modificação relevante em seu conteúdo, com os mesmos fundamentos originários dos séculos XVIII e XIX. Isto significa que, nesse tempo, houve pouco desenvolvimento epistemológico depois da sua criação – embora as relações sociais, por conta das revoluções no desenvolvimento das forças produtivas, tenham experimentadas profundas transformações. É necessário que o trabalho intelectual tenha mais autonomia para pensar o presente e descortinar melhores alternativas para o nosso futuro.

---

<sup>4</sup> E a China, como devemos entendê-la? É certo que o seu desempenho no índice de crescimento é explicado menos pelas possíveis variações na curva de produção de Cobb-Douglas e mais nas formas de gestão; ou seja, na Administração Política das relações sociais de produção e distribuição.

Diferente não tem sido a compreensão e o tratamento dados à questão do emprego (e, por consequência, à do desenvolvimento material e cultural das sociedades). Não só continua um problema pendente para o sistema capitalista de produção, como vem sendo agravado e sequer é tomado como de importância central.

*Prima facie*, pode parecer desnecessário, mas esta explicação preliminar imaginamos ser talvez a única maneira dos catequistas dos credos da ordem vigente perceberem a importância do debate que vamos fazer, nas páginas que vêm a seguir.

## **EMPREGO E DESENVOLVIMENTO: TRADIÇÃO E UMA NOVA PERCEPÇÃO**

### **Uma síntese das abordagens sobre o tema do desemprego**

O “buraco de minhoca” do capitalismo é o pleno emprego, que significa manter ocupados todos os fatores disponíveis, particularmente a força de trabalho disponível –condição quase nunca satisfeita, a não ser em microsistemas em condições muito especiais, mesmo assim por bem pouco tempo, e jamais sendo possível, até aqui, tomando as nações ou o mundo como referências. Sendo assim, é crível concluir que, atualmente, o desemprego está ganhando uma dimensão de descontrole em suas causas e devastadora nas consequências<sup>5</sup>.

Mesmo assim, tanto aqueles que zelam pelos seus próprios interesses (os capitalistas e seus ideólogos) quanto os devotados à crítica ao sistema

---

<sup>5</sup> O conceito de emprego/desemprego parece ter uma definição bem estendida, principalmente na concepção da ortodoxia, podendo ser “um desequilíbrio momentâneo do sistema econômico”, uma “situação em que o número de vagas é menor do que o número de trabalhadores disponíveis para o trabalho”. O pleno emprego, para esta ortodoxia, se verifica quando a “oferta de bens e serviços for inelástica, quando esgotada a capacidade produtiva ou a oferta da força de trabalho”. Na concepção marxista, o desemprego, expresso na formação do “exército industrial de reserva”, é uma forma do capital controlar o preço da força de trabalho.

(notadamente, os acadêmicos) não tomam o problema do desemprego como a questão central do cotidiano e de relevância singular para moldurar o nosso futuro. Talvez estejam exaustos intelectualmente de tanto procurar uma solução para o problema e não a encontrar; ou então porque as consequências ainda não chegaram a comprometer tanto o lucro do grande capital ou o conforto dos que ainda estão empregados e, por essa razão, podem se dedicar ao ofício de interpretar, sem incômodos, a nossa realidade de forma mais livre e descompromissada. Decerto que o fato de ainda não ter sido achada uma solução não significa que não exista ou que não seja possível encontrá-la. Uma hipótese provável que pode explicar esse atraso na solução para o problema do desemprego é a de que há defeitos nas teorias que foram construídas até aqui.

É provável que o maior dos defeitos esteja no fato de não se perceber que a base teórica – com origem nos séculos XVII, XVIII e XIX – que se usa para o entendimento e superação do fenômeno do desemprego no mundo atual não seja tão útil para explicar e propor soluções para o presente. A exegese mais cuidadosa das análises hodiernas sobre essa questão do desemprego estrutural mostra claramente que a matriz teórica, com os seus pressupostos tácitos ou não, é sempre aquela que fora edificada nos primórdios do capitalismo – sejam as análises que procuram justificar o infortúnio causado pelo desemprego permanente; sejam as que concluem que essa é uma questão estrutural, cuja solução não será possível no contexto dele, porquanto lhe é imanente.

Aliás, as obras fundantes da disciplina Economia – escritas ao longo do século XVII e XVIII – não trataram dos defeitos do sistema capitalista, mas das suas virtudes como forma de organização social, inclusive exaltando com a possibilidade de ocupação para aqueles que estavam desempregados e sem perspectivas, desde

a desarrumação da economia feudal e senhorial nos séculos XIV e XV<sup>6</sup>. De todas essas obras, a mais destacada é, sem dúvida, *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, porque faz a grande síntese da análise econômica e do entendimento das formas de organização da nova ordem social, sobretudo acerca da divisão social do trabalho, em particular aquela que diz respeito à separação entre Estado e Sociedade – pressupostos que ajudaram a balizar os fundamentos da revolução francesa de 1789 e do liberalismo econômico (e suas vertentes mais individualistas expressas no utilitarismo e no hedonismo, cultivados ao longo do século XIX) – lema ideológico e prática individual do capitalismo, daí em diante<sup>7</sup>.

Mas é a obra do francês Jean-Baptiste Say (1767-1832) com seus pressupostos e suas hipóteses tácitas, que dá contornos mais definitivos ao processo de expansão e acumulação de riqueza, com a formulação da formosa e eterna “Lei dos Mercados”, assentada no pressuposto de que toda produção gera uma renda de igual magnitude que lhe absorve. Deriva dessa formulação que o sistema econômico está sempre em condições de pleno emprego, sustentado na hipótese tácita de que não haja vazamento no poder de compra; isto é, toda renda ganha é gasta. Com isso, o sistema está em expansão permanente e as crises, quando houver, serão sempre passageiras, a menos que fatores externos se interponham – entre estes, a intervenção do Estado, sempre considerada como criadora de obstáculo à acumulação em razão do seu gasto ser improdutivo (em “consumo”), portanto, caracterizadamente destruidor de riqueza.

Embora David Ricardo faça objeções, consertos e avanços ao esquema analítico de Smith, na questão do emprego endossa integralmente a tese de Say, chegando

---

<sup>6</sup> Além de outras, podem ser citadas aquelas escritas pelos ingleses William Petty (1623-1687), *A Treatise of Taxes and Contributions*, e David Hume (1711-1776), *Writings on Economics*, pelo francês François Quesnay (1694-1774), *Tableau Économique des Physiocrates*, e pelo escocês Adam Smith (1723-1790), *An Inquiry into the Nature and causes of the Wealth of Nations* (1776).

<sup>7</sup> Para uma compreensão da obra de Smith sob a perspectiva da Administração Política ver “*A Administração Política é Tudo: Intencionalidade, Concepção, Movimento e finalidade*”, 2021 (manuscrito).

a ponto de recriminá-lo quando este faz ressalvas à sua própria formulação inicial. Desse modo, pode-se concluir que com Smith, Say e Ricardo nasce a linha teórica que explica o desemprego como decorrente de fenômenos e interferências externos – ainda vigente até os dias de hoje.

Porém, na contemporaneidade de Ricardo e Say, surge a grande dissidência no seio do pensamento clássico com a tese de Robert Thomas Malthus, dando conta da suscetibilidade de crises no sistema capitalista, sustentada na evidência do princípio da demanda efetiva – definida como o real poder de compra para um dado nível de oferta. Com isso, a compreensão de estabilidade e dinâmica de acumulação no capitalismo sai do circuito estrito da oferta (produção) e passa a integrar outros tão relevantes quanto e que não são dados previamente, como o da circulação (venda da produção corrente) e, sobretudo, o da distribuição, definidora última dos níveis de consumo e do ritmo da acumulação.

Este é o momento mais elevado da produção intelectual de Malthus e sua contribuição originária e permanente ao pensamento econômico. Apesar de continuar irrefutável até os dias de hoje e sem ele Keynes não teria se notabilizado tanto e, menos ainda, o capitalismo teria encontrado mais rapidamente a saída para a mais profunda e desestabilizadora crise, a teoria de Malthus aparece no instante (em 1820, com a publicação dos *Princípios de Economia Política*) em que ele está totalmente desacreditado em razão da rejeição preconceituosa do

*mainstream* à sua teoria sobre a população, publicada em 1798, sob o título *An Essay on the Principle of Population*<sup>8</sup>.

A outra vertente da discussão teórica sobre o des(emprego) é construída por Karl Marx, sobretudo em *O Capital*, na formulação da sua Lei Geral de Acumulação Capitalista (título do capítulo XXIII), quando constrói os pressupostos da expansão e acumulação, da lei de tendência e contra tendência à queda da taxa de lucro, das crises e dos ciclos econômicos assentados na exploração do trabalho e na noção de desemprego dada pela capacidade de o capital administrar um “exército industrial de reserva”. Desse modo, o relevante para os nossos propósitos neste ensaio é constatar que, para Marx, o desemprego e a pobreza devem ser compreendidos como resultados imanentes ao capitalismo enquanto uma forma de organização social, principalmente nos aspectos relacionados à produção e distribuição, notadamente àquela.

Sendo assim, podemos concluir que as abordagens apresentadas acima constituem as matrizes teóricas que orientarão o debate acerca do desemprego até os nossos dias – quais sejam: de um lado, ele é considerado um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, que está estribado na exploração da força de trabalho, comprometendo a distribuição e a dinâmica da expansão e da acumulação, e que tem influência nas crises e os ciclos econômicos (portanto, a instabilidade do sistema); de outro lado, temos a abordagem fundada na lei dos mercados de Say, cujo pressuposto é que o sistema capitalista tende para uma

---

<sup>8</sup> O que os impiedosos críticos talvez não tenham percebido é que, sem os fundamentos que estão na teoria sobre a população, Malthus não teria tido tempo em vida para formular o princípio da demanda efetiva. Da mesma forma que Marx fora ajudado na construção do arcabouço teórico sobre a dinâmica da acumulação, da crise e do ciclo econômico. Do mesmo modo, 100 anos depois, no contexto do pensamento marxista, aparecem a teoria do subconsumo (Mikhail Tugán-Baranovsky) e a noção dos mercados externos de Rosa Luxemburgo (em *A Acumulação de Capital*, de 1913), que entende as crises do sistema capitalista a partir do princípio da demanda efetiva, embora ambos não citem Malthus. Mas a injustiça maior é cometida por Keynes, cujo arcabouço teórico é desenvolvido a partir do princípio de *demanda* efetiva anunciado por Malthus. Isto é evidente no panfleto *O Fim do Laissez-faire*, de 1926, e na sua grande obra que se fundamenta no princípio da demanda efetiva de Malthus; e não por acaso, o capítulo 3, é a abertura de *A Teoria Geral*. A lição que fica desse e outros casos é que nem sempre há honestidade intelectual em nosso ofício!

situação de pleno emprego dos fatores; essa trajetória só é modificada caso haja interferências externas ao bom funcionamento das forças de mercado – entre as interferências externas, a mais perniciosa é a intervenção do Estado quando resolve ultrapassar o limite do estritamente necessário, conforme sentenciou Adam Smith.

O que se tem de comum às duas vertentes é que nada é externo ao sistema: tanto a instabilidade estrutural e as crises quanto a situação de equilíbrio (seja parcial ou geral) de pleno emprego não sofrem interferência de fora do sistema, mas de causas próprias dele – se autodeterminando, para o sucesso ou fracasso.

Da segunda metade do século XVIII até o último quarto do século XIX, a doutrina clássica do emprego funcionou sem grandes percalços, mas muito mais por medidas administrativas que eliminam os focos de crise do que por virtudes teóricas ou próprias imanentes ao sistema – como fora, por exemplo, as dezenas de milhões de desempregados europeus expatriados para as colônias ou ex-colônias. Porém, à medida que este expediente passava a contrariar os interesses dos novos países independentes (que também buscavam o desenvolvimento industrial mais autônomo), a face mais visível da crise (o desemprego) ficava à mostra para os europeus, notadamente para os alemães e ingleses, sobretudo no período após a Primeira Guerra Mundial.

Por essa razão, a teoria econômica ortodoxa, já nos fins do Século XIX e, principalmente, no início do Século XX, busca na empiria maior entendimento das causas do desemprego. Porém, havia um problema nesse trabalho de investigação: independente da tendência dessas observações, os resultados tinham que confirmar as formulações de raciocínio lógico-abstrato. O pressuposto do qual nunca se abre mão é o de que a economia tende sempre para o equilíbrio, só modificado por interferências externas que alteram o curso dos negócios. Esta tese está posta tanto nas noções de equilíbrio geral de Léon Walras (*Éléments*

*d'économie politique pure*, 1874) quanto nas de equilíbrio parcial embasadas na abordagem marginalista do inglês Alfred Marshall (que começa com *Principles of economics*, de 1890).

Mesmo com a situação do desemprego se agravando no primeiro terço do Século XX, notadamente após a guerra, a ortodoxia não renuncia aos seus pressupostos originários e às hipóteses tácitas que lhes dão cientificidade aparente. Isto pode ser visto nos trabalhos de John Hicks (*The theory of wages*, de 1932), que defende a tese de que o desemprego deriva da rigidez para baixo da taxa salarial em razão da força política do sindicalismo inglês, e do professor Arthur Cecil Pigou (com a *Theory of unemployment*, de 1933), que sustenta a tese do desemprego involuntário (friccional, desajustes no mercado de trabalho) pode ser superado caso sejam eliminados empecilhos institucionais, as fricções das flutuações industriais, os caprichos dos empregados e havendo competição perfeita entre os assalariados; tudo isso resolvido, o mercado de trabalho se ajustará ao nível salarial compatível com o pleno emprego.

Numa linha oposta no trato da questão aparecem no mesmo momento os trabalhos de John Maynard Keynes (*The general theory of Employment, Interest and Money*, de 1936), Joan Robinson (*Essays in the Theory of Employment*, de 1937) e Lord Beveridge (*Full employment in a free Society*, de 1945).

Embora sejam abordagens complementares entre si (a de Beveridge mais completa), Keynes ganha mais notoriedade do que os demais, pelo menos do lado externo do mundo acadêmico. Porém, nessa questão, a proposta de Keynes não pode ficar restrita à Teoria Geral; é necessário incluir outros textos, sobretudo: *The End of Laissez-Faire* (de 1926) e *Economic Possibilities for our Grandchildren* (de 1930). Para ele as fricções no mercado de trabalho decorriam da baixa expectativa dos empresários e rentistas acerca da rentabilidade futura de seu

capital, que tem como consequência uma insuficiência de demanda efetiva que faz aumentar o nível de desemprego.

Diferente do que diz a maioria das análises, as propostas de Keynes não estavam restringidas ao curto prazo. O curto prazo era apenas no que se referia ao gasto estatal. As demais medidas: a política monetária (taxa de juro) e a política fiscal (subsídios e incentivos) ficavam estabelecidas, a partir da sua análise, como ações permanentes do governo para balizar as proporções de consumo, poupança e investimento e, assim, garantir a eficiência marginal do capital em um nível de rentabilidade que proporcione uma demanda efetiva senão de pleno emprego, pelo menos mantê-lo em nível reduzido. A proposta de curto prazo de Keynes se restringia ao gasto público direto para elevar o nível da demanda efetiva de pleno emprego. As demais medidas eram de natureza administrativa para manter a estabilidade de funcionamento do sistema econômico.

Nos arriscamos a dizer que, no debate para resolver o problema do desemprego mediante a ação do Estado, o Keynes de *A Teoria Geral* é bem mais conservador do que o Keynes “ativista” do *Círculo de Bloomsbury*<sup>9</sup>; e essa cautela fica à vista no livro quinto, principalmente o capítulo 24. Neste ele conclui que a crítica que faz à teoria clássica/neoclássica (na verdade, à lei de Say) que é aceita e dominante, é menos em revelar os defeitos lógicos da sua análise do que mostrar que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas. E conclui que “se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível ao pleno emprego, a

---

<sup>9</sup> O Grupo de Bloomsbury (fundado em 1905 e teve atuação até o fim da II Guerra Mundial), nasceu da sociedade secreta “Os Apóstolos de Cambridge”, criada em 1820, e que teve entre os seus membros destacados o matemático e filósofo Bertrand Russell. Todos os membros de Bloomsbury eram ligados às artes e à literatura, a exemplo de Virginia Woolf, E. M. Forster, Lynton Strachey, Clive Bell, Leonard Woolf, MacCarthy, Lydia Lopokova (que se casou com Keynes). Só Keynes fugia à regra e por ser economista cuidava dos interesses financeiros do grupo.

teoria clássica retomará, daí em diante, a sua devida posição” (A *Teoria Geral*, p. 256).

Se compararmos às propostas anteriores, no livro de 1936 Keynes faz *mea culpa* em relação à crítica aos pressupostos neoclássicos e parece querer pedir “desculpas” aos seus pares da academia – sem falar que foi muito elogioso ao livro de Hayek, *The Road to Serfdom*, publicado em 1944. Em *O Fim do Laissez-faire* (1926), Keynes é claro ao propor uma agenda a ser executada pela Estado, com os seguintes pontos: criar uma instituição (banco central) para o controle central da moeda; política monetária e fiscal ativas e permanentes; estabelecer uma política nacional para definir o tamanho da população que seja mais conveniente aos interesses de todos.

Um pouco mais tarde, em *As Possibilidades Econômicas dos Nossos Netos* (1930), ele amplia as ações para solução do desemprego aberto ao constatar que não decorria apenas de uma *fricção* na produção industrial mas revelava uma face estrutural derivada do avanço tecnológico, que chamou de *desemprego tecnológico*, que “significa um desemprego causado pela nossa descoberta de meios para economizar o emprego do trabalho, a um ritmo maior do que aquele pelo qual conseguimos encontrar novas utilizações para a força de trabalho” (p. 154).

Com essas formulações, Keynes nega peremptoriamente a tese de Schumpeter, defendida em *Theory of Economic Development* (1911) que buscou entender o ciclo econômico a partir da inovação tecnológica, ao tempo em que negava que o desemprego fosse derivado das inovações tecnológicas, pois os empregos destruídos nos setores que incorporavam as inovações eram compensados pelos empregos criados pela expansão econômica que ocorre por conta dos novos investimentos motivados pelas inovações. Para tanto, chegava a admitir que as

crises e os ciclos econômicos derivados, tinham causas externas – especialmente no capítulo 4 acerca do ciclo econômico.

Mesmo assim, Keynes era otimista em relação ao nosso futuro, ao dizer que esse desemprego estrutural constituía uma fase temporária, pois estava mostrando que a “humanidade está resolvendo o seu problema econômico”, porque este não constitui “o problema permanente da raça humana”; assim – dizia –, “se não houver grandes guerras e grande aumento da população, ele terá uma solução à vista nos próximos cem anos” (p. 154/155).

Porém, isso não ocorreria automaticamente pelo funcionamento inerente ao sistema econômico; era preciso adicionar medidas de natureza administrativa para superar o problema econômico do desemprego. E uma delas nem o mais radical dos revolucionários da época era capaz de propor, nos termos que seguem: “Tenho certeza de que, com um pouco mais de experiência, empregaremos a generosidade recém-descoberta da natureza de maneira bem diferente daquela com que os ricos a usam hoje, e delinearemos para nós um plano de vida bem diferente do deles”. (...). “Turnos de três horas ou semanas de quinze horas poderão adiar o problema por algum tempo. Isto porque, três horas por dia é o suficiente para satisfazer o velho Adão na maioria de nós” (p.156)<sup>10</sup>.

Nesses momentos, Keynes nega Say e acompanha os passos de Malthus, tanto na formulação teórica mais elegante do princípio da demanda efetiva (que faz no Capítulo 3 de *A Teoria Geral*) quanto na proposta de uma política nacional de controle da população – teoria que custou muito caro ao próprio Malthus, cem anos antes. Por essa razão, dizemos que o Keynes de *A Teoria Geral* dá um passo atrás em relação ao Keynes das formulações dos anos 1920 e no ano de 1930. Porém,

---

<sup>10</sup> Nesta passagem, Keynes se refere ao Adão bíblico, que depois de cometer o pecado original foi obrigado a trabalhar (como penitência) para sustentar a si e a sua companheira Eva.

embora erradamente, é na *Teoria Geral* que os seus adeptos e seguidores veem o assentamento das ideias revolucionárias do autor<sup>11</sup>.

Outro ponto importante da abordagem keynesiana – e que nos ajudará muito na construção teórica do emprego e do desenvolvimento, que desenvolveremos na seção a seguir –, é que a natureza das suas propostas é muito mais administrativa do que econômica –, embora a escolha da melhor concepção para a estruturação dos conteúdos das propostas não prescindia dos cálculos econômicos como auxiliares.

Contemporâneos e na mesma linha de análise de Keynes, com ideias complementares, temos os trabalhos de John Hobson (sobretudo o texto de 1922, *Economics of unemployment*)<sup>12</sup>. Partindo da tese que o desemprego era inevitável nas condições existentes, defendia a distribuição, principalmente mediante projetos sociais e com o Estado assumindo a função de empregador; o de Joan Robinson (em *Essays in the theory of employment*) sugere a análise do comportamento de variáveis econômicas de longo prazo para melhor entendimento do desemprego e também a análise do desemprego “disfarçado”, dado pelos trabalhadores que se encontram subempregados em ocupações abaixo de suas qualificações, caracterizando desperdício de capacidades produtivas e levando à queda de produtividade do sistema econômico e, por óbvio, às crises.

Por fim, nessa mesma linha, temos as ideias mais progressistas elaboradas por Lord Beveridge (*Full employment*, de 1945) que, apesar de aceitar uma taxa residual de desemprego de 3% da força de trabalho, por conta de que a situação

---

<sup>11</sup> Para uma discussão mais aprofundada do pensamento de Keynes acerca do emprego, do Estado e da política econômica ver o trabalho “*Keynes e a Proposta de Administração Política para o Capitalismo: uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal*”. São Paulo: Hucitec Editora, 2010.

<sup>12</sup> Já antes, em 1896, publicara *Problem of the unemployed*.

de pleno emprego não ocorre automaticamente, propõe a solução de uma administração política das variáveis macroeconômicas do capitalismo, através de: estabelecimento de um nível de demanda efetiva de pleno emprego; traçar uma política de descentralização dos novos investimentos, sobretudo aqueles feitos pelas empresas menores; administrar, na perspectiva regionalizada, a oferta e demanda de trabalho<sup>13</sup>.

No espectro marxista, pouco se discutiu a questão do emprego em o sentido estrito, à exceção de Michael Kalecki. Embora não seja comum a análise marxista fazer proposições para o capitalismo superar os seus problemas, a abordagem de Rosa Luxemburgo acerca da acumulação de capital e das crises (*A Acumulação de Capital*, de 1913) pode levar a essa compreensão ao associar a crise com a demanda efetiva insuficiente, daí a importância dos mercados externos para a dinâmica econômica e acumulação de capital – incluídos nessa categoria tanto o mercado de outros países como o orçamento militar. Convenhamos, não é muito apropriado incluir os gastos militares na categoria de mercado externo dentro do contexto da produção capitalista ou mesmo de qualquer outra forma de organização social.

De todos os autores marxistas, o mais proeminente foi Michael Kalecki. Sua abordagem específica sobre o problema do desemprego encontra-se no texto *Political aspects of full employment*, de 1943. Sua análise parte do mesmo pressuposto de Marx, segundo o qual o desemprego (dado pela formação do exército industrial de reserva) é fruto da ação do empresariado como forma de administrar as reivindicações da classe trabalhadora e, dessa maneira, manter os salários em níveis compatíveis com as necessidades de acumulação e expansão do capital. Por essa razão, a demanda efetiva não é aceita como forma de manter

---

<sup>13</sup> Ver PRONI, Marcelo Weishaupt. Texto para discussão n. 256, *Teorias do desemprego: um guia de estudo*. Instituto de Economia da Unicamp. Capinas (SP), agosto de 2015.

as atividades no nível de pleno emprego e assim evitar as flutuações no fluxo de produção. Porém, a sua principal obra e mais abrangente no entendimento do funcionamento da economia capitalista é a *Teoria da Dinâmica Econômica*, de 1954, na qual estuda as flutuações periódicas da atividade econômica e conclui que são decorrentes das variações dos lucros e dos investimentos, causadas por fatores tecnológicos e pela luta de classes<sup>14</sup>. Para se estabelecer uma discussão intelectual entre Keynes e Kalecki acerca da demanda efetiva, é oportuno perguntar: onde deixaram Malthus?

Por fim, da safra de grandes obras sobre a questão do desemprego, temos o trabalho do autor/trabalhador americano Harry Braverman. Sua principal obra (*Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*) é publicada em 1974<sup>15</sup>, dois anos antes da sua morte prematura, aos 55 anos de vida. Embora não trate especificamente da questão do desemprego, porém, ao mostrar que o surgimento das grandes corporações oligopólicas e monopólicas imprime uma degradação do trabalho, inclusive parcelando e rotinizando tarefas em setores antes tido como da concepção ou do trabalho intelectual – como é o caso das atividades do escritório de planejamento das grandes empresas. Sendo essa a sua tese central, não é difícil concluir que essa degradação só ocorre em razão da existência de um desemprego estrutural, que, em seu tempo, está muito além da concepção de um exército industrial de reserva.

Até aqui, a cronologia estabelecida nesta análise mostra que o envolvimento direto dos grandes nomes do pensamento econômico ou o debate intelectual mais

---

<sup>14</sup> Kalecki foi contemporâneo de Keynes e alguns intérpretes (como Joan Robinson) veem precedência dele em relação ao uso do princípio da demanda efetiva para entendimento das flutuações econômicas e solução para o problema do desemprego. Pensamos não ser crível essa hipótese pelo fato de Keynes já haver produzido o rascunho do que seria mais bem estruturado em *A Teoria Geral* muito antes ao publicar *As Consequências Econômicas da Paz*, em 1919, e o fim do *Laissez-faire*, cujas ideias foram expostas em 1924, numa conferência na Universidade de Varsóvia, e publicadas em 1926 – momentos em que Kalecki ainda era muito jovem e sem publicação.

<sup>15</sup> Título original: *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*.

intenso acerca do desemprego no contexto do capitalismo (e envolvendo todas as correntes teóricas) ocorreu entre o último quartel do Século XIX e a primeira metade do Século XX. Depois que o capitalismo supera a sua mais profunda e devastadora crise e retoma o seu curso “normal” (que ocorreu depois de 1934, e com mais intensidade e regularidade ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945), as preocupações acadêmicas com o problema do desemprego ficam bastante arrefecidas. Não era para menos. O capitalismo experimenta, de 1935 a 1970, o seu momento histórico mais próspero, denominado pelo historiador marxista inglês Eric Hobsbawm de “A Era de Ouro” ou simplesmente de “Anos Dourados”<sup>16</sup>.

A partir de então, muitos para não ficarem fora de moda, ainda que bissextamente, aderem ao “credo keynesiano” – a exemplo de Paul Samuelson. Enquanto as economias capitalistas crescem, as críticas à política estatal ativa pró emprego diminuíram, ficando restrita à militância incansável de Hayek, cujo texto-guia foi *The Road to Serfdom* (publicado em 1944 e até hoje referência para um infrutífero e inconsequente debate pretensamente intelectual), ao doutrinário *Freedom and Capitalism*, escrito por Milton Friedman, em 1958, e ao apressado John Richard Hicks com o seu panfleto *The Crisis in Keynesian Economics*, de 1974. Porém, no nosso modo de ver, no campo da ortodoxia, a melhor proposta-síntese foi elaborada por William Jack Baumol em *Taxas de descontos apropriadas para avaliação de projetos públicos*, de 1974, cujo preparo teórico foi feito antes com a sua tese de doutorado, defendida em 1948 e publicada em 1952, sob o título *Welfare Economics and the Theory of the State*.

---

<sup>16</sup> Invariavelmente, os estudiosos medem esse período a partir de 1945. Mesmo com a guerra, a recuperação da economia americana, juntamente com a europeia, experimenta a inflexão do ciclo depressivo, como dissemos, a partir de 1934, momento em que as medidas de estatização dos setores econômicos fundamentais (na Europa) e do *New Deal* (Estados Unidos) começam a produzir efeitos positivos sobre a recuperação econômica. Mas a análise do *mainstream* não aceita as verdadeiras razões que levaram à recuperação porque elas, além de não serem de natureza econômica, não estavam em nenhum manual de economia. Para uma análise mais esclarecedora dessa questão, ver o livro *Keynes e a Proposta da Administração Política para o Capitalismo – uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal*. São Paulo: Hucitec, 2010.

Com isso, Baumol conclui a síntese neoclássica dizendo que a discussão pretérita acerca da conveniência ou não da intervenção, fazer ou não política econômica – depois de despender muito tempo e com resultados inconclusivos – foi longe demais por falta de um critério para intervir ou deixar de intervir; e esse critério que iguala a todos sem se misturar com as questões ideológicas é taxa interna de retorno dos projetos<sup>17</sup> que são executados; quem conseguir o melhor retorno deve executá-lo, seja o capitalista ou seja o Estado – com isso o interesse da máxima eficiência na alocação de recursos estaria preservado.

No entanto, com a crise que se estabelece nas principais economias capitalistas, a partir de 1971, e de forma generalizada, desde 1980 (porque estão inclusas nesse rol as economias socialistas que começam a se desestruturar e a periferia capitalista industrializada, como o Brasil, México, Argentina, os chamados tigres asiáticos etc.), em razão da crise energética e da consequente dívida externa dos países em desenvolvimento, a orientação administrativa do capitalismo passa a ser outra. E tudo isso começa a acontecer por conta do oportunismo intelectual dos keynesianos que, por conveniência, aceitaram o diagnóstico apressado da ortodoxia em atribuir a liderança do Estado na recuperação econômica como obra de responsabilidade das ideias de Keynes.

Fizeram essa atribuição ao pensamento de Keynes porque imaginaram que as medidas intervencionistas resultariam em um rotundo fracasso e logo as concepções do *mainstream* retomariam o seu lugar. Porém, como a análise econômica mostra, a nova Administração Política do capitalismo sob a liderança do Estado produziu efeitos de longo prazo, em todo o mundo: para os países desenvolvidos esse ciclo durou cerca de 40 anos (de 1934 até início de 1970);

---

<sup>17</sup> Para uma discussão mais aprofundada desse ponto de Baumol ver “*As Teorias das Finanças Públicas no Contexto do Capitalismo – Uma discussão com os filósofos economistas: de Smith a Keynes*”. São Paulo: Hucitec Editora, 2013; 2ª ed.

enquanto para a periferia industrializada ficou em torno de 50 anos (de 1930 a 1980).

Por outro lado, a corrente keynesiana, satisfeita com os méritos recebidos por algo que não tinha paternidade, silenciou-se; esse silêncio é explicado em razão do pouco entendimento que se tinha sobre as causas que produziram aquele “milagre”. Em verdade, toda a dificuldade teórica e analítica para explicar era por conta de que aquele conjunto de ideias não estava ou não cabia no campo de sentido da teoria ou da análise econômicas, mas sim no da Administração, ao estabelecer uma nova forma de organização das relações sociais de produção e distribuição. Tanto mais sentido essa hipótese faz na medida em que se observa que nos primeiros sinais de desestruturação (crise) do movimento expansionista e as primeiras críticas sincronizadas, o exército keynesiano bateu em retirada, para nunca mais se refazer – seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista da ação, mesmo quando inúmeras oportunidades lhes apareceram durante todo esse longo período de crise econômica, cuja face mais visível é justamente o desemprego estrutural e aberto<sup>18</sup>.

Desse modo, como não houve dificuldade em derrotar o pensamento vigente (também chamado de doutrina keynesiana), a partir da segunda metade da década de 1970 o esforço intelectual dos conservadores foi todo devotado em tomar o poder político, assumindo a direção das nações mais desenvolvidas governos conservadores; a década seguinte é toda ela devotada a duas grandes tarefas: a) proceder a reforma dos Estados dos países centrais e b) estruturar o projeto mundo, cuja grande síntese foi apresentada na reunião do G-7, realizada em 1989, na cidade de Washington, e que recebeu o nome de batismo dado pelos próprios

---

<sup>18</sup> Para uma compreensão própria acerca do que seja verdadeiramente o pensamento de Keynes ver “*Keynes e a Proposta da Administração Política para o Capitalismo – Uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal*”. São Paulo: Hucitec Editora, 2010; e em coautoria A Crise, o Estado e os Equívocos da Administração Política do Capitalismo Contemporâneo. Cadernos EBAPE.BR 14(4), dez. 2016.

organizadores de “O Consenso de Washington”. De 1990 até os nossos dias tem prevalecido a hegemonia do pensamento conservador, rebatizado de “neoliberalismo”.

Assim, o pensamento contrário quase desapareceu; mesmo quando forças consideradas progressistas chegam ao poder, as medidas aplicadas seguem o que está prescrito pelo receituário conservador. Hoje, se algo ainda existe de progressismo no meio intelectual dormitando nos departamentos das universidades dos países periféricos, mesmo que de forma catatônica, pois só aparecem nos discursos da sala de aula e nas conferências quando a maioria da assistência é formada pelos pares. O mesmo não pode ser dito das pesquisas e dos seus resultados, posto que sempre tendem a se ajustar aos referenciais teóricos e metodológicos utilizados (quase sempre forâneos) e às expectativas do financiador – que não sabem e não estão muito interessados, mas o pesquisador faz sempre um esforço dito acadêmico em adivinhar e a ele se ajustar. Sendo esse o comportamento dos intelectuais, não pode nascer qualquer perspectiva de mudança!<sup>19</sup>

### **Distribuição e Desenvolvimento: Elementos para a Construção de um Novo Paradigma do Emprego e do Bem-Estar**

Antes de tudo, é preciso estar muito claro para os estudantes, os intelectuais, os administradores políticos à frente das coisas do Estado e das organizações privadas (sobretudo para os homens donos dos próprios negócios) que algumas questões ou fenômenos que estamos acostumados a estudar, a criticar ou aplaudir porque convivemos com eles não são aspectos relevantes e restritos apenas ao

---

<sup>19</sup> Para acompanhar o quase desinteressado debate teórico e analítico acerca do desemprego ver sistematização feita por PRONI, Marcelo Weishaupt. Texto para discussão n. 256, *Teorias do desemprego: um guia de estudo*. Op.Cit.

capitalismo. São questões cruciais e preocupantes que estão presentes em todos os sistemas econômicos de qualquer formação social.

Um exemplo é a divisão do trabalho, que indica a natureza da administração dos processos, os níveis de produtividade do trabalho e, sobretudo, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas de uma dada sociedade. Outro, tão importante quanto, diz respeito à distribuição que exige decisões importantes em relação ao destino da renda gerada em dado período. No capitalismo, pelas mãos privadas e do Estado, uma parte fica com o trabalho (gasta com consumo de manutenção dos trabalhadores) e a outra parte, o excedente, destina-se ao consumo do capitalista e ao investimento (feito pelo capitalista e pelo Estado), que eleva o nível de atividades e da acumulação de riqueza da sociedade.

O mesmo problema se apresenta para uma sociedade socialista. Do produto de um dado período, o trabalhador não se apropria dos 100%. Uma parte é destinada ao seu consumo (de acordo com as suas necessidades) e outra parte é poupada e vertida em investimento, visando aumentar o nível de atividade e o ritmo de acumulação de riqueza social. Em uma e outra sociedades, as preocupações são as mesmas com as questões cruciais, como a divisão do trabalho, a sua produtividade, a expansão da riqueza social, o desenvolvimento das forças produtivas e, fundamentalmente, com a finalidade, que é o bem-estar de todos – esta última praticamente fora da agenda do capitalismo e também, ao que parece, das preocupações dos estudos acadêmicos.

Para que essas questões levantadas acima não se tornem um problema maior, é preciso que todos os recursos sociais disponíveis estejam empregados. Porém, numa economia de mercado pura, onde cada indivíduo tem o livre arbítrio para dispor como quiser das suas possibilidades de uso dos seus bens, e onde não se tem uma coordenação central fazendo convergir os interesses individuais em prol do coletivo, esse desejo fica quase impossível de ser atingido. No entanto, logo

cedo, os interesses privados buscaram uma solução institucional capaz de atenuar os conflitos e os prejuízos; e a solução foi encontrada, como concluiu Engels – “e essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado”.

Apesar de o capitalismo ser uma criação do Estado absolutista<sup>20</sup>, gestado durante o período renascentista, quando se torna a forma de organização social predominante nas formações sociais europeias, a primeira defesa que fez de si foi mudar de posição, transformando o criador [Estado] em uma recriação funcional aos seus interesses e criando como escudo de proteção a força do argumento a favor da liberdade de ir e vir de cada cidadão: surge, assim, o movimento liberal, ideologia consagradora da nova ordem social.

Nesse ambiente intelectual e ideológico começam a nascer os conhecimentos especializados, entre eles os da Economia Política. Nascia, pois, uma concepção de que o interesse particular fosse coincidente com o interesse social, guiado por auto-interesse esclarecido. Nesse sentido, as crises de natureza econômica e a instabilidade política seriam fenômenos do passado. A nova ordem social, movida pelo interesse de ganhar e acumular riqueza, desenvolvia mecanismos internos capazes de neutralizar qualquer movimento perturbador.

A história não tem mostrado essa consagração. Sem saída para o problema do desemprego estrutural, que, como dito antes, ganha uma dimensão de descontrole das suas causas e tem sido devastador nas consequências, o capital, os seus ideólogos e o Estado naturalizaram o problema do desemprego e assumiram que nada pode ser feito no coletivo; por essa razão, dados os avanços tecnológicos e as mudanças profundas na natureza e característica da demanda por trabalho, a

---

<sup>20</sup> Poder-se-ia dizer que esta formulação está equivocada porquanto o capitalismo é resultado de um estágio de desenvolvimento das forças produtivas, portanto das relações sociais de produção. Assim, admite-se como pressuposto que o processo social se autodetermina – com isso, o capitalismo é um sistema autodeterminado – ao tempo que fica negada a razão humana para dirigir os processos que moldam o seu destino – o que seria um absurdo!

saída seria a multiespecialização do trabalho – com isso, o problema deixa de ter origem na forma como o sistema organiza a produção e distribui os resultados e passa a ser a inadequação do trabalho às novas demandas do mercado; e isso passa a ser responsabilidade de cada indivíduo *per se*.

Não sendo essa a causa da crise, naturaliza-se o problema do desemprego, da pobreza e da miséria. Para que a morte seja lenta e aparentemente sem dor e sem causa, apela-se para uma política de assistência, seja ela feita pelas ações individuais (inclusive com a coordenação de organismos estatais multilaterais), seja aquelas registradas como programas governamentais internos – indo desde o seguro-desemprego, passando pelas colaborações individuais até a distribuição de alimentação pronta para o consumo, sob a batuta das organizações sociais – estas, forma engenhosa que os setores monopolistas do capital encontraram para ocupar seus desempregados mais esclarecidos (às custas do orçamento do Estado) e com forte potencial político para reivindicar e desestabilizar os interesses do sistema.

De outro lado, há o movimento dos intelectuais, que também não sabem muito o que fazer. Muitos aderiram ao credo vigente e passaram a integrar as fileiras do *mainstream*; outros dizem que estão na resistência, fazendo trabalhos igualmente imprestáveis para o que é relevante nesta conjuntura. Seja aquele trabalho cada vez mais esmerado em produzir diagnósticos, dizendo-se “críticos” da ordem vigente, que são apresentados à plateia assistente com muita elegância expositiva; seja o outro elaborado com refino intelectual superior, dando conta de que a encruzilhada em que o capitalismo e outras formas vigentes ou idealizadas se encontram decorre de uma crise dos paradigmas; assim, muitas questões estão pendentes, e a pior delas é que, do ponto de vista cultural, estamos vivendo uma regressão civilizatória.

O problema de o conhecimento não produzir resultados compatíveis com as questões do nosso tempo tem a ver com os referenciais utilizados para entender e transformar a realidade que não está nos fazendo bem – pelo menos, não está fazendo bem à maioria de nós. Como mostramos na seção anterior, tanto os trabalhos que estão no campo de sentido da ordem vigente, quanto os que se opõem a ela ou que procuram introduzir melhoras partem das mesmas matrizes teóricas, cujos pressupostos e hipóteses foram úteis à realidade do tempo em que foram forjadas, construídas ou idealizadas.

À época, tomando como parâmetro as necessidades daqueles que estavam na liderança do processo político, procurava-se organizar uma sociedade movida por conflitos permanentes, que padecia do baixo nível de riqueza e alto índice de pobreza, do pouco conhecimento acumulado e da incerteza em relação futuro, pensada muito mais no futuro assentado na força da ideologia do liberalismo do que em fundamentos científicos. Desse modo, vislumbrá-lo (o futuro) era pô-lo na linha do tempo em etapas sucessivas, sendo que a seguinte é sempre compreendida como um estágio mais avançado e melhor do que a anterior.

Sendo assim, o que está no imaginário dos intelectuais e dos responsáveis pela Administração Política do processo civilizatório (os envolvidos com as questões de Estado e com os interesses privados) é que evoluímos de um estágio crítico (da instabilidade, pré-revolução industrial) para um estágio mais equilibrado e menos incerto (da estabilidade, com a institucionalização do capitalismo como forma de organização social); nessa condição, toma curso o processo de afirmação da nova ordem (os primeiros cem anos, de 1750 a 1850); em seguida, chega-se ao estágio de desenvolvimento pleno e consolidação do capitalismo, dado pelo auge no acúmulo de riqueza e de conhecimento (embora com crises intermitentes, esse esplendor ocorre ao longo da segunda metade do século XIX e nos primeiros três quartos do Século XX – período no qual experimentou-se a segunda grande revolução tecnológica e tem início a terceira).

Depois disso, o capitalismo, a breve experiência socialista e o desenvolvimento intelectual parecem esgotados; com isso, sobreveio a longa crise que estamos vivendo (nesses últimos 50 anos), sendo o desemprego do trabalho a face mais visível dela, que vem produzindo um estoque de pessoas vivendo na pobreza e miséria sem precedentes na história.

Nesses termos, fica mais claro entender que o insucesso intelectual (tanto de *mainstream* quanto do pensamento opositor) ocorre pelo fato de se buscar uma solução para os problemas atuais nos referenciais construídos em circunstâncias e propósitos diferentes. Não estamos mais à procura, em ambiente de incerteza (e muita instabilidade), de melhor organizar as relações sociais, produzir conhecimento e acumular riqueza. Tudo isso já temos, mas falta cumprir a última delas: a do bem-estar, que só é possível alcançá-lo mediante melhora na distribuição dos estoques extraordinários de conhecimento e riqueza; esse ponto caracteriza muito bem o drama da crise vivida pela parcela expressiva da humanidade. Em termos do pensamento, o que precisamos, agora, é nos libertar de uma tradição teórica e analítica autoritária e abrir outras perspectivas nos atos de pensar e agir.

Considerando que essa constatação é amplamente aceita, a solução do problema não está dependendo de um patamar teórico mais elevado da Economia, mas de um maior desenvolvimento das formas organizativas das relações sociais. Por outro lado, se se considera que o desemprego causado pela descoberta de novas tecnologias é maior do que o ritmo pelo qual encontramos novas oportunidades de trabalho, para resolver o problema não basta ampliar o nível de atividades – como bem recomenda desde sempre a ortodoxia.

Sendo assim, o que é preciso fazer é alterar os elementos na linha do tempo das etapas do evolucionismo social, qual seja: de uma sociedade em situação de *instabilidade*, busca-se meios necessários para organizá-la e impor-lhe

mecanismos de *estabilidade*, mediante regras de funcionamento aceita pela maioria; com isso, ficam criadas as condições de segurança e confiança para o indivíduo realizar, progredir e proporcionar as condições de vida, consolidando o projeto de sociedade (*estágio desenvolvido*); sendo esse um estágio prolongado, a sociedade encontra-se preparada para proporcionar o bem-estar de todos, mediante uma *distribuição* em que todos tenham acesso a uma *materialidade plena*.

Esperar cumprir todas essas etapas, a distribuição da renda e o bem-estar ficam sempre condicionados aos estágios anteriores que nunca ou quase nunca se cumprem, pois a forma como o sistema capitalista é concebido e conduzido deixa-o sempre sujeito a crises permanentes com ciclos regulares de expansão e depressão, de auge e declínio. Por essa razão, como o último estágio das etapas do processo de desenvolvimento social está dependente da regularidade das etapas de expansão e acumulação, a *distribuição/bem-estar* não são proporcionados a todos como fora pensado – daí o sistema capitalista estar em permanente questionamento como forma de organização social capaz de conduzir o processo civilizatório a bom termo.

Como dissemos antes, o fato de ainda não ter sido achada uma solução para esse grave problema estrutural não significa que não exista ou que não seja possível encontrá-la. Também já comentado, uma hipótese provável que pode explicar esse atraso na solução para o problema desemprego seja os defeitos das teorias que foram construídas até aqui. E o problema está tanto na formulação clássica inicial quanto na crítica marxista, ambas partem do falso pressuposto de que o capitalismo é uma forma de organização social que se autodetermina, infenso, portanto, ao que lhe é externo. Para a primeira corrente (clássica) essa autodeterminação o mantém sempre em condições ideais de produção, acumulação e distribuição; para a crítica marxista essa autodeterminação leva-o a superexploração e secamento da fonte de valor, o trabalho, cada vez mais

substituído pelas máquinas – novas forças produtivas; desse modo, o que lhe proporciona dinamismo também desenvolve o germe da destruição, inviabilizando-o como uma forma de organização social permanente.

O equívoco da crítica marxista é pressupor que o sistema capitalista se desenvolve de forma autônoma, por isso anárquica – sem possibilidades de ser administrado com algum propósito mais coletivo. Assim, essas crises se sucedem com frequência até a crise final que porá fim à propriedade privada como forma de organização social e então tomará lugar a propriedade coletiva sob o controle dos trabalhadores, despojado do poder centralizador do Estado.

Do lado do pensamento clássico, o erro é o mesmo, pressupondo que a autodeterminação sempre conduz aos melhores resultados, com o sistema econômico se desenvolvendo em condições de equilíbrio e tendendo ao pleno emprego – desde que forças externas não intervenham e produzam disrupturas nos seus mecanismos de funcionamento. No caso desta corrente, o erro não tem sido só na formulação, mas também de percepção dos fatos; isto é, da própria história do capitalismo e, ao menos, não ter estudado com mais atenção o princípio da demanda efetiva de Malthus e a crítica marxista.

No nosso tempo, é possível concluir que não é mais possível manter as condições de pleno emprego se a produtividade do trabalho não pára de crescer, o tempo da jornada de trabalho se mantém praticamente inflexível e o número absoluto da força de trabalho mais do que dobra, considerando que as mulheres se incorporam integralmente ao quantitativo dos trabalhadores e já são, em termos, absolutos maioria em relação aos homens.

Porém, o nó do problema está mesmo no crescimento da produtividade do trabalho que decorre do avanço intenso das forças produtivas; se não houver uma reflexão profunda desse fenômeno acoplado com a questão do emprego não há

muita perspectiva de mudança nesse movimento que está em curso. Pois, além das forças produtivas que estão em uso, devemos considerar o estoque delas que pode ser usado a qualquer instante, assim que as necessidades de mercado exigirem; deve-se considerar também, como mais relevante e com maior preocupação as bases institucionais de ciências instaladas com um extraordinário potencial para produzir qualquer tecnologia que a razão humana ou o egoísmo dos administradores políticos requererem.

Nestes termos, as bases teóricas que estão sendo discutidas tornam-se inconsequentes quanto aos resultados alcançados no equacionamento do problema do desemprego estrutural que as sociedades capitalistas estão produzindo. E ainda mais preocupante é que aqueles que estão no comando dos processos para combater os supostos males causados pelo malthusianismo na versão keynesiana resolveram revisitar o primarismo do equilíbrio das relações econômicas e do pleno emprego dos fatores na originária “lei dos mercados” de Jean-Baptiste Say.

Como solucionar esse problema? No contexto do capitalismo, as bases analíticas e conceituais da Economia parecem dadas em todas as fronteiras possíveis; qualquer avanço teórico só será possível com alteração na forma de sua organização, o que implica sair do campo da Economia e entrar no ainda pouco conhecido mundo da Administração Política – que pode ser definida como as formas de gestão (concepção) das relações sociais de produção e distribuição. O modelo mental das ciências sociais, particularmente da Economia, que fora apresentado acima, é: instabilidade, estabilidade, expansão/acumulação, desenvolvimento e bem-estar. Como é fácil perceber, nesse modelo, a finalidade (o *telos*), além de estar dada como variável dependente, é o último estágio – o que parece lógico, mas não o é.

Desse modo, o secular modelo desenvolvimentista deve ser substituído por outra forma de administrar o processo das relações sociais (outra Administração Política), de modo que o bem-estar deixe de ser a quarta derivada dependente e possa a ser a primazia e se tornar a variável independente, em cujo processo a distribuição ganha autonomia e centralidade, assim apresentada: **PQNR/D**, onde se deve ler – **Para Qualquer Nível de Renda**, deve-se ter uma política de **Distribuição (D)**, voltada para o bem-estar coletivo. Como é provável para a maioria das nações, caso a política de distribuição da renda disponível não alcance o propósito da satisfação coletiva desejado, deve-se elaborar um plano de expansão das atividades, observando e buscando auxílio nos fundamentos recomendados pela Economia, a exemplo do volume de financiamento, a taxa de juro mais adequada, a alíquota de imposto possível, a rentabilidade do capital empregado (taxa de retorno ou a eficiência marginal do capital), a quantidade de pessoas beneficiadas direta e indiretamente, o quantitativo de empregos gerados, os efeitos multiplicador e acelerador da renda de cada projeto etc. São várias as opções, mas devemos optar por aquela que se ajustar melhor aos propósitos do momento e da finalidade que se procura alcançar.

É evidente que o aumento do nível de atividade e a conseqüente expansão da renda e da riqueza acumuladas podem ocorrer em diferentes direções; porém, não podemos seguir os erros do passado e imaginar que a finalidade seja expandir a renda com distribuição. Essa tarefa é apenas meio. Esse tem sido um erro sacralizado e que precisa ser corrigido urgentemente. A finalidade é proporcionar o bem-estar mediante a ocupação (trabalho) de todos, portanto, com pleno emprego<sup>21</sup>. Sendo assim, para sair do momento crítico atual é preciso estar intelectualmente mais evoluído, nos libertar de uma tradição teórica e analítica

---

<sup>21</sup> A finalidade é o dever coletivo, instante em que o homem está mais liberto da obrigatoriedade do trabalho vinculado à sobrevivência material e adquire maior grau de liberdade e mais poder de escolha, entre as infinitas opções, para experimentações e contemplações culturais e para o desenvolvimento espiritual.

autoritária e, dessa forma, fazer o que é mais certo fazer, e duas medidas se apresentam como as iniciais.

A primeira, é reconhecer que ainda carecemos das coisas fundamentais: a) como comer e b) da proteção social dada pelos serviços coletivos essenciais, tão necessários a parcelas expressivas da população de todas as nações do mundo. Assim, é mais ajuizado, antes de expandir a produção de automóveis, artefatos de guerra, habitações ou turismo espaciais etc., começar por recuperar e/ou expandir a produção dos bens e serviços de consumo coletivo, que produzem efeitos mais amplos e duradouros sobre o emprego, os níveis de distribuição e o bem-estar coletivo, como: expandir e melhorar a produção da saúde pública, da educação e da segurança públicas; da infraestrutura em geral, como transportes (ferroviário, rodoviário, de cabotagem, hidroviário, aeroviário), de habitação popular (com a desfavelização das grandes e médias cidades do mundo; ampla recuperação do ambiente natural profundamente degradado pela ação decorrente da exploração econômica; e melhoria e ampliação dos espaços urbanos de lazer e cultura, mas principalmente dos países pobres e em desenvolvimento); ampliar e instalar instituições voltadas para a produção da ciência, da tecnologia e da inovação, único tripé que pode conferir desenvolvimento com mais autonomia às nações); finalmente, com a base material satisfeita e disponível a todos, a sociedade em seu processo civilizatório está pronta para entrar em seu último estágio, aquele do desenvolvimento do espírito, através da artes em seu sentido amplo<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Antes de seguir com a análise, abrimos um parêntesis para dizer que o pensamento econômico ainda não se apercebeu, mas foi a concepção e produção desses bens e serviços de consumo coletivo que proporcionaram o melhor momento histórico do emprego, da produção, da expansão, da acumulação e da distribuição no contexto do capitalismo – que muito equivocadamente alguém denominou de *Estado de Bem-Estar Keynesiano*. Esse é o capítulo ainda não escrito da análise social e que precisa ser elaborado urgentemente; como a Economia se negou a fazê-lo por cerca de um século, a Administração Política tem a obrigação de preencher essa lacuna, cujo vazio nos impede de entender as verdadeiras medidas que nos fizeram sair da depressão dos anos 1920 e parte dos anos 1930, as causas que levaram à desestruturação do ciclo de expansão (anos 1970) e que, daí em diante, nos mantém nessa prolongada crise. Para compreender a importância desse debate ver “*Keynes e a Proposta de Administração Política para o Capitalismo*”. Op. cit. e em coautoria *A Crise, o Estado e os Equívocos da Administração Política no Contexto do Capitalismo*. Op. cit.

O tamanho desse mercado e a sua geografia podem ser facilmente dimensionados. Como estamos falando de pobreza e condições materiais de vida, seguramente estamos falando de um mercado de consumidores equivalente a quatro bilhões de pessoas, que estão distribuídas, proporcionalmente ao nível de desenvolvimento de cada nação, nos cinco continentes: América, Ásia, África, Europa e Oceania.

A segunda medida, diz respeito ao tempo de trabalho. Desde o final do Século XIX, quando foram fixados turnos de oito horas ou semanas de quarenta e quatro horas, pouca alteração houve desde então. As forças produtivas e, por consequência lógica, a produtividade do trabalho aumentaram extraordinariamente, mas a redução do tempo da jornada diária pouco acompanhou essa evolução. Isso significa que os esforços para poupar trabalho não estão sendo compensados na mesma proporção com mais renda a favor do trabalho ou com mais ocupação para as centenas de milhões que estão desempregados. Esse fato, somado à entrada integral das mulheres na competição por trabalho, vai alterar a estrutura de oferta de mão de obra em desfavor dos trabalhadores em geral.

No entanto, a ortodoxia, que nos tempos mais tenebrosos, como os de agora, sempre esteve no comando no processo econômico (sem compartilhamento do poder) continua mantendo a linha teórica que defende o crescimento autônomo como o principal estímulo para alcançar o pleno emprego. Como o problema do desemprego se agrava, aciona medidas pouco convencionais para o seu repertório teórico: flexibilidade da jornada de trabalho, medidas para incentivar o empreendedorismo, reformas do sistema previdenciário, programas públicos de emprego temporário, programas para a melhoria de habilidades e competências, programas de seguro-desemprego e, por fim, a última aposta nos programas de assistência social de diferentes modalidades, numa frente ampla de ação com o Estado, as grandes corporações e o estímulo ao voluntarismo dos indivíduos.

Mesmo assim, os problemas não cessam: a degradação do trabalho tem sido uma evidência para aqueles que são alcançados pelas referidas medidas, como o baixo crescimento econômico e o acelerado avanço nas forças produtivas que estão agravando (fato perceptível a olho nu) a tragédia do desemprego estrutural em escala mundial.

É óbvio que para gerar emprego é inevitável que haja crescimento do produto e todos estamos de acordo com essa conclusão. Só que nem o capitalismo – e nem qualquer outra forma de organização social – tem autodeterminação para fazer convergir os interesses individuais com o desejo coletivo de o produto crescer com o aumento do emprego. Quando isso acontece, experimentamos crises periódicas com ciclos econômicos cada vez mais curtos<sup>23</sup>, momentos em que o desemprego se agrava; quando ocorre estabilidade – como está sendo verificado nesta longa crise –, as taxas de crescimento dos produtos são baixas e o desemprego verifica-se potencialmente crescente.

Por que então isso ocorre? Porque o capitalismo é incapaz de crescer e distribuir sem crises. Imaginam seus ideólogos que o sistema possui mecanismos de autocontrole, com suas forças impulsionadoras da expansão conduzindo sempre para os melhores resultados. Como esse pressuposto foi dado pela história do próprio capitalismo como falso, deve ser abandonado e substituído por outro mais coerente com sua trajetória evolutiva: a economia capitalista só expande sua riqueza e reduz as suas perversões quando as contingências lhe impõem uma

---

<sup>23</sup> De forma mais sistemática, a Economia há mais de duzentos anos dedica parte da sua agenda teórica aos estudos das crises e dos ciclos sem uma conclusão minimamente razoável sobre as suas causas, tanto que continuam sendo uma evidência perturbadora dos sistemas econômicos. O máximo conseguido foi uma tipologia acerca dos ciclos: a) os ciclos de longa duração (que homenageia o economista russo Kondratieff); b) o ciclo Juglar (Clément Juglar) de seis a dez anos; e c) o ciclo Kitchin (Joseph Kitchin) ou ciclo de estoques, de aproximadamente de três a cinco anos. Além desses notórios, praticamente todos os economistas têm nas crises e, portanto, nos ciclos, delas derivados, os conteúdos dos seus estudos profissionais, com destaque para Malthus, Marx, Stuart Mill, Keynes, Hayek e Friedman.

administração centralizada (com a direção do Estado), definindo regras mais duradouras nas relações capital/trabalho e com níveis de investimento mais compatíveis com o pleno emprego. Esta é uma lacuna que deve ser preenchida pela Administração Política, sendo este ensaio uma das ainda poucas contribuições que temos a esse respeito; porém, não deixa de ser promissor saber que algo está sendo pensado e feito.

Para reforçar os argumentos a favor da teoria exposta acima, é oportuno acrescentar que o que propomos não está no rol do que já conhecemos, seja na vertente de Keynes que propunha qualquer gasto – embora fosse mais ajuizado, dizia, construir escolas do que fazer a guerra ou construir pirâmides –; seja na errada concepção de Milton Friedman com a sua noção de déficit substituindo o gasto por menor receita; seja ainda na vertente atual, com a crise agravada pelos efeitos da *sindemia*<sup>24</sup> decorrente do Coronavírus, quando as autoridades equivocadamente imaginam estar solucionado o problema gastando fundamentalmente em consumo, fazendo transferência monetária, via Tesouro Nacional, de trilhões de dólares para compensar a perda de renda dos trabalhadores desempregados e dos donos de pequenos e médios negócios que foram desativados temporária ou definitivamente.

O gasto em consumo só pode ser recomendado em situação de crise conjuntural, decorrente da insuficiência de demanda efetiva. Como estamos padecendo de problemas estruturais graves, a saída deve ser orientada para o desenvolvimento permanente, partindo da distribuição de renda, base mais adequada para aumento

---

<sup>24</sup> O conceito mais adequado para compreender os efeitos do vírus Sars-CoV-2, causador da doença Covid-19 – e que produziu este surto pandêmico em todo o mundo – sem dúvida, é o de *sindemia*, um neologismo cunhado pelo antropólogo-médico americano Merrill Singer, na década de 1990, que busca explicar o fenômeno em que duas doenças interagem causando um efeito muito maior do que a soma de cada uma delas. No caso da Covid-19, além de comorbidades variadas, foram acrescentadas e potencializadas aos efeitos negativos os problemas administrativos, econômicos e sociais, principalmente dos países pobres e em desenvolvimento. Porém, à medida que o tempo passa, fica evidente que as falhas na Administração Política (ausência de um plano de ação ou mal elaborado) é a principal causa dos danos causados a partir da descoberta do Sars-Cov-2.

do emprego e do nível de bem-estar de toda a população. Nesse caso, os setores que estão disponíveis inicialmente e capazes de proporcionar esse desiderato são aqueles de bens e serviços cuja natureza do consumo é coletiva, que exigem gastos em investimentos geradores de riqueza e de maior satisfação coletiva.

E chegamos a esse ponto desesperador porque estamos submetidos a um autoritarismo intelectual de dois pensamentos que se esforçam mais em se oporem entre si do que encontrar uma solução para os graves males que atingem impiedosamente parte dos seres humanos. E não se dão conta de que estão sustentadas no mesmo pressuposto errado, por isso longe de uma solução à vista. Com volumes extraordinários de conhecimento e riqueza, nosso problema presente não é mais de produzir e alcançar um estágio material satisfatório, mas como distribuir o que já temos, que atenda aos interesses de todos, de forma sustentada no tempo.

Assim, o problema não é criar um modelo macroeconômico voltado para o equilíbrio das condições de produção, mas administrar melhor as relações sociais, concebendo (gestando) um plano de distribuição e inclusão dos que estão à margem dos processos formalizados da sociedade. Para tanto, temos conosco a razão – e, por consequência, a virtude e o humanismo – e a oportunidade para traçarmos, daqui por diante, um outro plano para o nosso futuro. Mas aqueles que estão nos governando ainda são “livres” para continuar estimulando a avareza e o acúmulo privado desenfreado da riqueza socialmente produzida. É uma questão de escolha: continuar seguindo a mesma trilha que nos trouxe ao ponto que nos encontramos atualmente ou inverter os termos da Administração Política da nossa forma de trabalhar e usufruir!

## REFERÊNCIAS

Proni, Marcelo W. (2015). Teorias do desemprego: um guia de estudo. *Texto para discussão*, 256, 1-45.

Santos, Reginaldo (2013). As teorias das finanças públicas no contexto do capitalismo – uma discussão com os filósofos economistas: de Smith a Keynes (2a ed). São Paulo: Hucitec.

Santos, Reginaldo (2010). *Keynes e a Proposta de Administração Política para o Capitalismo: uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal*. São Paulo: Hucitec.

Santos, Reginaldo, Gomes, Fabio G., Santos, Thiago C. S., Ribeiro, Elizabeth M., & Andrade Filho, Luiz M. (2016). A crise, o estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. *Cadernos EBAPE. BR*, 14(4), 1011-1034.

## ARGUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA PARA UMA NOVA TEORIA DO EMPREGO, DO DESENVOLVIMENTO E DO BEM-ESTAR

### Resumo

Este ensaio tem a intenção de colaborar na solução do desemprego. Apresenta uma teoria do emprego e do desenvolvimento fundamentada na Administração Política. Parte da constatação de que as dificuldades das teorias atuais (marxistas e liberais) para encaminhar uma solução estão nos defeitos das premissas que lhes servem de base: que o capitalismo é um sistema que se autodetermina, ou seja, sua trajetória de expansão e acumulação independe do que lhe é externo. A nova teoria tem como pressuposto o fato de que o problema reside na forma como os processos sociais são organizados. Nesse sentido, o bem-estar passa a ser o ponto de partida, cujo pressuposto é o de que: *para qualquer nível de renda, tem-se uma política de distribuição*. Deve-se formular uma política administrada do aumento do emprego e da renda, através da expansão dos bens e serviços de consumo coletivo e da diminuição da jornada de trabalho.

### Palavras-chave

Administração Política. Teoria. Emprego e Desenvolvimento.

## ARGUMENTOS DESDE LA ADMINISTRACIÓN POLÍTICA PARA UNA NUEVA TEORÍA DEL EMPLEO, EL DESARROLLO Y EL BIENESTAR

### Resumen

Este ensayo pretende contribuir a solucionar el desempleo. Presenta una teoría del empleo y el desarrollo basada en la Administración Política. Parte de la constatación de que las dificultades de las teorías actuales (marxistas y liberales) para encontrar una solución residen en los defectos de las premisas en las que se basan: que el capitalismo es un sistema autodeterminado, es decir, que su trayectoria de expansión y acumulación es independiente de lo que le es externo. La nueva teoría parte de la base de que el problema reside en la forma en que se organizan los procesos sociales. En este sentido, el bienestar se convierte en el punto de partida, y el supuesto es que: para cualquier nivel de renta, existe una política de distribución. Hay que formular una política dirigida a aumentar el empleo y la renta mediante la expansión de los bienes y servicios de consumo colectivo y la reducción de la jornada laboral.

### Palabras clave

Administración Política. Teoría. Empleo y Desarrollo.

## ARGUMENTS FROM POLITICAL ADMINISTRATION FOR A NEW THEORY OF EMPLOYMENT, DEVELOPMENT AND WELFARE

### Abstract

This essay intends to collaborate in the solution of the most worrying structural problem of contemporary society – unemployment. Therefore, it presents a theory of employment and development not based, as is traditional, on Economics, but on Political Administration. The new thinking starts from the observation that the difficulties of current theories (Marxist and liberal) to find a solution lie in the defects of the premises that underpin them: that capitalism is a self-determining system; that is, its trajectory of expansion and accumulation is independent of what is external to it. Contrary to this conception, the new theory presupposes the fact that the problem lies in the way social processes are organized. In this sense, instead of self-determination and well-being being the point of arrival, it becomes the starting point, whose assumption is the PQNR/D, which can be understood as: for any level of income, there is a policy of distribution. If disposable income is still not enough to provide a satisfactory level of well-being for all, a managed policy of increasing employment (production) and income is formulated, through expansion and improvement in the quality of consumer goods and services. collective and the reduction of working hours.

### Keywords

Political Administration. Theory. Employment and Development.

## CONTRIBUIÇÃO

### **Thiago Santos**

O autor declara ter contribuição secundária nas fases de financiamento, concepção, teorização, e equânime nas fases de coleta de dados, análise e conclusão.

### **Reginaldo Santos (*In Memoriam*)**

O autor declara ter contribuição principal nas fases de financiamento, concepção, teorização, e equânime nas fases de coleta de dados, análise e conclusão.

## CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

## PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Os autores declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

## AGRADECIMENTOS

-

## COMO CITAR

Santos, Thiago & Santos, Reginaldo (2024). Argumentos da administração política para uma nova teoria do emprego, do desenvolvimento e do bem-estar. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 11(31), 499-539.